

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Folha de São Paulo

Class.:

AM - CPI

Data

25.03.79

Pg.:

392



Exploração das riquezas da Amazônia afeta a questão da soberania nacional.

CPI vai fazer um raio-x dos problemas amazônicos

FROTA NETO,
do Sucursal de Brasília

Na próxima semana será constituída no Senado a Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) para a Amazônia. Trata-se de uma tentativa de realizar um autêntico raio sobre a região: presença de multinacionais, contratos de isco florestal, situação dos índios, propriedade da terra por estrangeiros, exploração de recursos minerais, condições de saúde da população, programas de colonização regional e a necessidade de redivisão geopolítica da área. Em síntese, a perspectiva da Amazônia e a questão da soberania nacional que inclui, também, estudos para a transformação do comando militar na Amazônia em Exército, o que, na prática, já tem esse status.

Com uma população inferior a 10 milhões, mas representando 57% do território nacional, a Amazônia continua como uma região não integrada ao Brasil. Todos os projetos e programas que ali foram e estão sendo desenvolvidos não fazem senão crescer o temor de que a área seja paulatinamente internacionalizada. Ainda que não ignorada, a região continua desconhecida, e apesar de algumas tentativas, o governo brasileiro ainda não encontrou "a solução" para os vários e complexos problemas que representam a Amazônia.

AS MULTINACIONAIS

Um dos pontos críticos com que a CPI vai se defrontar diz respeito à presença das empresas multinacionais na região. Não apenas dos projetos agropecuários implantados com incentivos fiscais, que estão promovendo uma imensurável e perigosa devastação florestal, mas também da cobiça despertada para as riquezas naturais: 260 milhões de hectares de reserva florestal, 18 bilhões de toneladas métricas de ferro apenas em Carajás, 2,6 bilhões de toneladas de bauxita entre os rios Jari e Trombetas, 100 milhões de toneladas de caulim somente no Jari, trilhões de toneladas de sal gema na bacia sedimentar, o mangânês da Serra dos Navios e o calcário da Região Bragantina, apenas para ficar em alguns exemplos.

Mas os perigos que as multinacionais representam estão também em outros setores. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar o projeto dos "grandes lagos interiores" proposto pelo Instituto Hudson, dos Estados Unidos, não chegou a dar resultados. As reclamadas investigações sobre o projeto Jari esbarravam sempre em dificuldades para serem concretizadas. Projetos de colonização com grandes migrações de estrangeiros até hoje tem sido tentadas. Agora isso, a Amazônia é um grande foco de debates e preocupações internacionais, com grupos de todas as partes do mundo manifestando uma suspeita intenção de "tutela" sobre o que o Brasil está fazendo e vai fazer na região.

Na realidade, o que se pode afirmar é que o governo tem fracassado na definição do futuro da Amazônia. A ocupação desordenada, muitas vezes promovida sob orientação dos órgãos governamentais, não tem impedidos os "missionários" estrangeiros que, sob o argumento de preocupação evangelizadora do caboclo e do índio, realizam prospeções minerais na área, e promovem a venda de grandes áreas para estrangeiros. O desconhecimento sobre a realidade regional é tão grande que não se pode responder com precisão sobre até onde e quando a Amazônia continua sendo brasileira.

E, se erros houve no passado, eles parecem estar condenados a se repetirem no presente e no futuro. As grandes migrações de nordestinos no apogeu da fase da borracha, são hoje substituídas por japoneses em atividades agrícolas. A "fordilização" da área está hoje representada por dezenas de empreendimentos multinacionais sobre os quais não se tem informações, na medida em que elas são songadas pelas entidades oficiais.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Do índio ao caboclo, tentativa visava "plantar" na Amazônia uma população com

alguma assimilação de "brasilidade". A cada novo empreendimento, como a hidrelétrica de Tucuruí, porém a sobrevivência das populações indígenas ficou cada vez mais sujeita as influências de fora do país, de onde tem recebido mais informações do que do seu próprio país. A Perimetral Norte (4.040 Km) e a Transamazônica (2.322Km) não representam senão esboços de uma integração que não é "interior", mas inter-regional. Os quase dez milhões de brasileiros que ali residem não podem ser chamados, no sentido que se dá às populações do Centro-Sul, de efetivos membros da comunidade nacional.

Abandonado, fisgado num sonho sem muito futuro, o habitante da região está sendo transformado num "canteiro de doenças". O repórter Armando Lacerda, que esteve levantando o tema, mostra que a utilização desordenada (feita através de empreiteiras) da mão de obra desambientada e oriunda de outras regiões (sobretudo do Nordeste) coloca a Amazônia novamente em foco no que diz respeito às doenças transmissíveis e às endemias de um modo geral. São a malária, o bócio, a tuberculose, os surtos de doenças venéreas, e a preocupação com o risco explosivo, reconhecido pelo próprio ex-ministro da Saúde, Almeida Machado, de que "se a esquistossomose penetrar na Amazônia, perdemos todas as esperanças de controlar a doença no Brasil".

Tudo ali é difícil de ser feito para a população. A saúde, a educação, a integração da nacionalidade, porque a preocupação dos chamados "órgãos de desenvolvimento" tem sido muito mais "plantar" a riqueza concentrada, que disseminar o antídoto da redução da pobreza.

ALGUMAS ESPERANÇAS

Claro, nem tudo está perdido. A SUDAM realiza algum esforço. Pesquisas governamentais como a elaborada sob o signo "RADAM", são um levantar da ponta do tapete verde, para um melhor dimensionamento das potencialidades regionais, passo inicial para definir a "solução" que todo o Brasil quer: preservar a integridade da terra para os brasileiros, garantindo a soberania nacional sobre a região.

Da parte do governo federal alguns passos, que fossem dados porém, poderiam acelerar a preservação regional: por exemplo, a criação do quinto Exército e a redivisão geopolítica da região. O comando militar da Amazônia tem status de Exército. Inclusive participando de reuniões do Alto Comando, mas não é incluído, nas promoções de oficiais gerais, lembra o repórter Paulo Rehder. Acrescentando que o Exército tem sido na área uma forma de colonização, pois onde se instalam os Batalhões de Infantaria das Selvas (são quatro) ao redor se implantam núcleos populacionais concentrados. Uma aspiração de há muito tempo, com todos os estudos prontos, o 5.º Exército vê-se contingenciado, no entanto, pelos limites de contingentes e pela escassez de recursos. A criação do Exército da Amazônia representaria não apenas uma forma de colonização mais ampliada, mas incremento maior no esforço de integração da área ao País.

Quanto à redivisão geopolítica, há muito tem se falado que a criação de mais estados e mais territórios federais na Amazônia representaria um passo para a montagem de uma infra-estrutura de governo capaz de acelerar a integração regional e de permitir um controle mais amplo, sobre todas as tentativas e armadilhas de internacionalização da região.

Estes, são, em suma, um pequeno mosaico do grande mural de problemas, questões, dificuldades, ignorâncias, desconhecimentos, entraves, e mistérios que a Comissão Parlamentar de Inquérito que se constituirá no Senado esta semana, para a Amazônia, vai enfrentar. Isso, se não tiver o mesmo destino de tantas outras tentativas feitas, que se perderam já no caminho de ida, face aos interesses que estrangularam essas iniciativas.

Amazônia Legal (Estados e Territórios)

Unidade da federação	Área em Km ²	(% do total da unidade da federação que pertence à região)
Roraima	243.044	100,00
Acre	152.589	100,00
Amazonas	1.558.987	100,00
Região AM/PA	2.680	100,00
Roraima	230.104	100,00
Pará	1.227.530	100,00
Amapá	139.068	100,00
Maranhão	257.451	79,31
Mato Grosso	776.921	63,08
Goiás	285.793	44,51
Total	4.874.167	84,74

A Amazônia Legal em Relação ao Brasil

AMAZÔNIA LEGAL	EM RELAÇÃO AO BRASIL
4.874.167 Km ² de território	57,00
10.984 Km de fronteira internacional	64,64
1.482 Km de litoral oceânico	20,00
9.318.841 habitantes	8,23
4.787.717 Km ² bacia hidrográfica	56,00
25.000 Km ² vias navegáveis	56,80
70.000.000 quilowatts (potencial) hidrelétrica	46,09
260.000.000 hectares de reserva florestal	